



**RELATÓRIO ADMINISTRATIVO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

A Placas do Brasil S/A apresenta o relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, acompanhados do Relatório de Auditoria, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

**Visão Geral**

Fundada em outubro de 2011 por um grupo empresários de vários segmentos da região norte do estado do Espírito Santo, a Placas do Brasil S.A é uma empresa de base florestal, 100% brasileira.

Sua fábrica localiza-se no KM 19 da Rodovia BR101, no município de Pinheiros -ES, e utiliza o eucalipto como principal insumo de produção. Sua fábrica conta com tecnologia de última geração, e tem capacidade para produzir 400.000 metros cúbicos de painéis de MDF anual, para abastecer a indústria moveleira dos estados do Espírito Santo e demais federações do Brasil

O fornecimento da madeira de eucalipto é garantido com base em parceria florestal, onde são celebrados contratos de compra e venda futura de madeira renovável, com produtores rurais da região localizados próximos do local onde está instalada a planta industrial, em um raio médio de aproximadamente 61,5 KM de distância desta.

**Desempenho Operacional**

**Implantação da Base Florestal**

Em 31 de dezembro, a Companhia totalizou 214 contratos de parceria florestal, equivalentes a 14.333 ha, o que assegura o suprimento de madeira para os anos de 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027. A base florestal é formada por contratos firmados com parceiros acionistas e parceiros não acionistas, na proporção de 30% e 70%, respectivamente. Geograficamente, 63,6% da base florestal está localizada no estado do Espírito Santo, 31,0% no estado da Bahia e 5,4% no estado de Minas Gerais.

**Início da Produção, Pós Learning Curve**

No ano de 2018 o cronograma de implantação do projeto da Placa do Brasil S.A sofreu atrasos significativos relacionados a fatores climáticos comprometendo o início das operações, que inicialmente estava previsto para janeiro de 2018, entretanto, após muito esforço e dedicação das equipes envolvidas no projeto, em 14 de junho de 2018 foi produzida a primeira chapa de MDF da história do estado do Espírito Santo. A companhia conclui o learning curve no 4º trimestre de 2019

O ano de 2020 foi iniciado com a Parada Geral para manutenção em janeiro, alguns problemas na partida ocasionaram perdas de produção neste mês e em fevereiro, com início da recuperação em março, entretanto, o agravamento da crise sanitária levou a empresa a suspender sua produção nos meses de abril e maio, concomitantemente sentiu a retração dos preços no período. A retomada da produção ocorreu em junho. Neste intervalo, junho a dezembro a empresa produziu média de 33.400 m³ MDF e venda de 31.400 m³ de MDF mensal, no entanto a recuperação de preços ocorreu de forma distribuída ao longo desses meses, saindo do ticket médio líquido de R\$/m³ 807 em junho para R\$/m³ 1.058 em dezembro. A Companhia obteve no exercício Receita Líquida de R\$ 261.154.176, oriunda da comercialização de materiais crus, 69%, e revestidos, 31%. Neste exercício a Placas do Brasil consolidou a produção da nova linha de produtos "Coleção Identidades" (início de produção em março) com grande aceitação no mercado.

Em 2021 a empresa produziu 375.000 m³ com vendas 354.000 m³, o delta refere-se aos calços e proteções necessários para a embalagem. A companhia alcançou Receita Líquida de R\$ 458.000.000 proveniente da comercialização de 67,5% de materiais crus e 32,5% de revestidos ao ticket médio líquido de R\$/m³ 1.294. Com esses indicadores o Ebitda totalizou R\$ 113.000.000 (24,67% da receita líquida).

A evolução da companhia, nos dois últimos anos, propiciou a empresa elaborar o orçamento de 2022 com volume de produção total de 400 k m³, e venda de 380 k m³. Entretanto, o forte aumento nos preços da Resina, que representa 35% do custo de produção, no final de 2021, com variação superior a 45% entre os meses de outubro e dezembro, contribuiu para a empresa a projetar ticket médio anual de R\$/m³ 1.605, sinalizando Ebitda de R\$ 132.700.000 representando 21,75 % da receita líquida.

**Gestão Financeira**

A companhia mantém, por meio do Conselho de Administração, forte acompanhamento e controle do fluxo financeiro, buscando e adequando a estrutura da dívida, visando a manutenção e credibilidade da empresa no mercado.

**Desempenho Econômico-Financeiro**

**Resultados**

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas conforme os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

**Receita Líquida**

A receita líquida foi auferida ao longo do último exercício totalizou R\$ 457.917.201 composto por receita bruta de R\$ 569.963.067 e deduções de vendas no montante de R\$ 112.045.865.

**Custo dos Produtos Vendidos**

Os custos dos produtos vendidos no exercício totalizaram R\$ 324.947.759 com aumento de 21% no custo unitário (R\$/m³ 918,09 x 757,54), em comparação com a ano anterior, impactado, basicamente, pelos maiores preços de resina e papel.

**Lucro ou Prejuízo Bruto**

A Companhia registrou nesse exercício lucro bruto de R\$ 132.969.442.

**Despesas Comerciais**

As despesas comerciais totalizaram R\$ 34.604.645. O acréscimo em relação ao 2020 de 74,8 %, está diretamente relacionado ao maior volume de vendas CIF e comissões sobre vendas.

**Despesas Gerais e Administrativas**

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 17.207.339 em 2021, aumento de 59,6 % ao montante registrado em 2020, devido principalmente a maiores gastos com salários e encargos, serviços de consultoria e assessoria, multas indedutíveis, coleta de lixo e resíduos, serviços prestados.

**Despesas Tributárias**

As despesas tributárias totalizaram R\$ 1.746.920, mais de 70% referem-se a despesas com IOF incidentes sobre empréstimos e financiamentos.

**Outras Despesas/Receitas Operacionais Líquidas**

As outras receitas operacionais líquidas totalizaram no exercício R\$ 14.751.118, variação significativa em relação ao montante registrado em 2020. Os principais itens que compõem essa rubrica positivamente foram a recuperação de créditos (exclusão do ICMS da base cálculo do PIS/COFINS), atualização de adiantamento a produtores florestais, bonificações por performance de compras junto à fornecedores, vendas de sucatas e sobras de materiais não conformes.

**Resultado Financeiro Líquido**

A Companhia registrou prejuízo financeiro de R\$ 27.590.491 versus prejuízo financeiro de R\$ 85.314.255 no ano de 2020. A variação, em relação ao ano anterior, refere-se ao menor impacto da variação cambial sobre financiamentos em moeda estrangeira.

**Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social**

Pelos motivos expostos acima, a Companhia registrou lucro antes do imposto de renda e contribuição social de R\$ 66.571.165 versus prejuízo de R\$ 83.017.542 em 2020.

**Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Corrente e Diferido**

A Companhia apurou lucro contábil no exercício, entretanto, para o valor de R\$ 1.541.503 de IRPJ não houve recolhimento face ao benefício Sudene, e para o CSLL foi recolhido no exercício R\$ 612.785 com crédito de R\$ 218.278 a compensar.

A Companhia reconhece nesse exercício, mediante análise de maturidade, recuperação de preços e ganho de mercado o imposto de renda e a contribuição social diferidos no montante de R\$ 18.151.704 líquidos dos passivos diferidos, sob prejuízo fiscal acumulado, arrimada na norma estabelecida no Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12) e Instrução da Comissão de Valores Mobiliários CVM nº 371, de 27 de junho de 2002.

**Resultado Líquido**

A Companhia registrou lucro líquido de R\$ 82.786.859 versus prejuízo líquido de

R\$ 27.186.401 em 2020. O lucro do exercício de 2021 está acrescido pelo reconhecimento do ativos fiscais diferidos sobre o prejuízo fiscal no montante de R\$ 18.151.704.

**Dívida**

A dívida bruta com instituições financeiras em 31 de dezembro era de R\$ 369.987.885. Desse montante, 39,3% são representados por dívida vinculada a moeda estrangeira, e 61,7% em moeda nacional.

**Investimentos**

Os investimentos de 2021 somam R\$ 11.151.467, ao qual R\$ 6.723.366 foram em aquisições de máquinas e equipamentos, R\$ 1.972.387 em implementações de edificações e benfeitorias, R\$ 263.888 em moveis e utensílios, R\$ 169.863 em equipamento de informática, R\$ 1.052.460 em Máquinas Florestais, R\$ 108.196 em Veículos Utilitários, R\$ 45.600 em Veículos Pesados (Caçambas), e R\$ 815.736 em Equipamentos de Ferramentaria e Laboratório.

**Dividendos**

O estatuto social da Companhia, em linha com os princípios da legislação vigente, fixa dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício após destinação da reserva legal. Entretanto a administração não apresentou proposta de distribuição de dividendos.

**Auditoria e Controles Internos**

Recorremos a auditores externos para avaliação de nossos resultados, controles internos e nossas práticas contábeis. Contratamos para esse ano a prestadora de serviços de auditoria independente BDO RCS Auditores Independentes, cujos trabalhos possibilitam o aprimoramento dos controles internos, em especial os relacionados a aspectos fiscais e contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**  
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Valores expressos em Reais)

	Nota explicativa	2021	2020
Receita líquida de vendas	20	457.917.201	261.154.176
Custo dos produtos vendidos	21	(324.947.759)	(220.151.843)
<b>Lucro Bruto</b>		<b>132.969.442</b>	<b>41.002.333</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Despesas comerciais	22	(34.604.645)	(19.797.076)
Despesas gerais e administrativas	22	(17.207.339)	(10.782.611)
Despesas tributárias		(1.746.920)	(2.221.762)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		14.751.118	2.816.893
Despesas gerais pandemia	23	-	(8.721.064)
		<b>(38.807.786)</b>	<b>(38.705.620)</b>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		94.161.656	2.296.712
Resultado financeiro líquido	24	(27.590.491)	(85.314.255)
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>66.571.165</b>	<b>(83.017.542)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>11 e 25</b>		
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente		(1.936.010)	-
Imposto de IR e CSLL Diferidos		18.151.704	55.831.141
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>		<b>82.786.859</b>	<b>(27.186.401)</b>
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício por ação</b>		<b>74,30</b>	<b>(24,40)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE**  
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em Reais)

	2021	2020
<b>Lucro (Prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>82.786.859</b>	<b>(27.186.401)</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total do resultado abrangente</b>	<b>82.786.859</b>	<b>(27.186.401)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em Reais)

	2021	2020
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Resultado líquido do exercício	82.786.859	(27.186.401)
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa		
Depreciação, exaustão e amortização	21.380.541	25.089.993
Variações cambiais e monetárias, líquidas	(1.203.979)	56.218.456
Despesas com juros líquidos	23.333.758	24.615.933
<b>Variações de ativos e passivos</b>		
Adiantamentos a produtores rurais	(5.287.812)	2.027.109
Contas a receber de clientes	(43.029.035)	(25.652.675)
Estoques	(16.026.826)	(6.006.885)
Tributos a recuperar	(8.015.054)	(58.807.432)
Depósitos judiciais	-	(472.950)
Outros créditos	(1.476.122)	532.281
Fornecedores	12.917.891	14.921.829
Obrigações fiscais	2.045.138	1.378.946
Remunerações e encargos	1.250.953	(278.508)
Outros passivos	(1.988.904)	(729.242)
<b>Caixa gerado nas atividades operacionais</b>	<b>66.687.410</b>	<b>5.650.453</b>

	2021	2020
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Adições ao imobilizado	(15.644.848)	(9.395.929)
Adições ao intangível	(7.000)	-
Outros investimentos	(469.627)	(125.198)
<b>Caixa consumido nas atividades de investimentos</b>	<b>(16.121.475)</b>	<b>(9.521.127)</b>

	2021	2020
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Empréstimos captados	67.392.538	28.902.508
Integralização de capital dos sócios	-	70.262.273
Pagamento de empréstimos	(106.773.274)	(85.645.658)
Ações em Tesouraria	-	1.069.926
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital	-	(10.272.997)
<b>Caixa gerado (consumido) nas atividades de investimentos</b>	<b>(39.380.736)</b>	<b>4.316.052</b>

	2021	2020
<b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>11.185.199</b>	<b>445.378</b>

	2021	2020
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>1.405.052</b>	<b>959.674</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>12.590.251</b>	<b>1.405.052</b>
<b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>11.185.199</b>	<b>445.378</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Valores expressos em Reais)**

ATIVO	Nota explicativa	2021	2020	PASSIVO	Nota explicativa	2021	2020
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.590.251	1.405.052	Fornecedores	15	52.182.185	39.264.294
Clientes nacionais	5	73.978.167	30.949.132	Empréstimos e financiamentos	16	57.672.411	53.896.790
Estoques	6	45.423.036	29.396.210	Impostos a pagar		2.993.087	2.489.452
Impostos e contribuições a recuperar	7	3.505.957	16.890.953	Remunerações e encargos a pagar		3.296.188	2.045.235
Adiantamento a fornecedores		3.657.032	1.585.561	Débitos a pagar para partes relacionadas	17	33.232.408	38.711.038
Outros créditos		248.313	139.765	Adiantamento de clientes		1.891.057	2.778.508
Despesas antecipadas a apropriar	8	2.227.674	860.100	Outras contas a pagar		2.457.776	4.446.680
		<b>141.630.429</b>	<b>81.226.773</b>			<b>153.725.111</b>	<b>143.631.997</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Adiantamento a produtores rurais	9	19.373.670	17.044.780	Empréstimos e financiamentos	16	312.315.474	309.985.744
Depósitos judiciais	10	911.556	911.555	Obrigações tributárias	18	438.614	438.614
Impostos e contribuições a recuperar	7	3.350.980	102.634	Débitos a pagar para partes relacionadas	17	22.089.634	39.967.311
Impostos Diferidos	11 e 25	73.982.846	55.831.141	Obrigações diversas		150.492	150.492
		<b>97.619.051</b>	<b>73.890.111</b>			<b>334.994.215</b>	<b>350.542.161</b>
Investimentos	12	1.148.211	678.584	<b>Patrimônio líquido</b>			
Imobilizado	13	384.529.666	389.833.396	Capital social	19	196.329.523	126.067.250
Intangível	14	482.228	907.191	Adiantamento para futuro aumento de capital	19(a)	-	70.262.273
		<b>386.160.105</b>	<b>391.419.171</b>	Reserva de capital		1.550.105	8.601
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>483.779.156</b>	<b>465.309.283</b>	Prejuízos acumulados		(61.189.368)	(143.976.227)
<b>Total do ativo</b>		<b>625.409.585</b>	<b>546.536.055</b>			<b>136.690.259</b>	<b>52.361.897</b>
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>625.409.585</b>	<b>546.536.055</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Valores expressos em Reais)**

	Capital social subscrito	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>126.067.250</b>	-	-	<b>8.601</b>	<b>(1.069.926)</b>	<b>(116.789.826)</b>	<b>8.216.099</b>
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	(27.186.401)	(27.186.401)
Transações de capital com os sócios:							
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	1.069.926	-	1.069.926
Adiantamento para futuro aumento de Capital	-	70.262.273	-	-	-	-	70.262.273
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>126.067.250</b>	<b>70.262.273</b>	-	<b>8.601</b>	-	<b>(143.976.227)</b>	<b>52.361.897</b>
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	82.786.859	82.786.859
Transações de capital com os sócios:							
Aumento do capital social	70.262.273	(70.262.273)	-	-	-	-	-
Constituição de reservas no exercício	-	-	-	1.541.503	-	-	1.541.50



CONTINUAÇÃO DA PRÓXIMA ANTERIOR

**PLACAS DO BRASIL S.A. - CNPJ 14.792.934/0001-18**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Valores expressos em Reais)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Placas do Brasil S.A., a seguir designada neste relatório como "Companhia", com sede social em Pinheiros no Estado do Espírito Santo, é uma sociedade anônima de capital fechado fundada em 10 de outubro de 2011.

A Placas do Brasil possui 1 (uma) unidade industrial em Pinheiros/ES que tem como objeto social a fabricação de madeira laminada e chapas de madeira compensada em diversas espessuras, prensada e aglomerada, cru e revestidas.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia totalizou 214 contratos de parceria florestal, equivalentes a 14.333 ha, o que assegura o suprimento de madeira para os próximos anos até 2027. A base florestal é formada por contratos firmados com parceiros acionistas e parceiros não acionistas, na proporção de 30% e 70% respectivamente. Geograficamente, 63,6% da base florestal está localizada no estado do Espírito Santo, 31,0% no estado da Bahia e 5,4% no estado de Minas Gerais.

No ano de 2018 o cronograma de implantação do projeto da Placa do Brasil S.A sofreu atrasos significativos relacionados a fatores climáticos comprometendo o início das operações, que inicialmente estava previsto para janeiro de 2018, entretanto, após muito esforço e dedicação das equipes envolvidas no projeto, em 14 de junho de 2018 foi produzida a primeira chapa de MDF da história do estado do Espírito Santo. A companhia concluiu o "learning curve" no 4º trimestre de 2019.

O ano de 2020 foi iniciado com a Parada Geral para manutenção em janeiro, alguns problemas na partida ocasionaram perdas de produção neste mês e em fevereiro, com início da recuperação em março, entretanto, o agravamento da crise sanitária levou a empresa a suspender sua produção nos meses de abril e maio, concomitantemente sentiu a retração dos preços no período. A retomada da produção ocorreu em junho. Neste intervalo, junho a dezembro a empresa produziu média de 33.400 m³ MDF e venda de 31.400 m³ de MDF mensal, no entanto a recuperação de preços ocorreu de forma distribuída ao longo desses meses, saindo do ticket médio líquido de R\$/m³ 807 em junho para R\$/m³ 1.058 em dezembro. A Companhia obteve no exercício Receita Líquida de R\$ 261.154.176, oriunda da comercialização de materiais crus, 69%, e revestidos, 31%. Neste exercício a Placas do Brasil consolidou a produção da nova linha de produtos "Coleção Identidades" (início de produção em março) com grande aceitação no mercado. Este cenário, do último semestre, propiciou a empresa elaborar o orçamento de 2021 com volume de produção total de 400 k m³, e venda de 375 k m³ ao ticket médio anual de R\$/m³ 1.127, líquido de impostos, sinalizando o EBITDA de R\$ 108.000.000.

Em 2021 a empresa produziu 375.000 m³ com vendas 354.000 m³, o delta refere-se aos calços e proteções necessários para a embalagem. A companhia alcançou Receita Líquida de R\$ 458.000.000 proveniente da comercialização de 67,5% de materiais crus e 32,5% de revestidos ao ticket médio líquido de R\$/m³ 1.294. Com esses indicadores o EBITDA totalizou R\$ 113.000.000 (24,67% da receita líquida).

A evolução da companhia, nos dois últimos anos, propiciou a empresa elaborar o orçamento de 2022 com volume de produção total de 400 k m³, e venda de 380 k m³. Entretanto, o forte aumento nos preços da Resina, que representa 35% do custo de produção, no final de 2021, com variação superior a 45% entre os meses de outubro e dezembro, contribuiu para a empresa a projetar ticket médio anual de R\$/m³ 1.605, sinalizando EBITDA de R\$ 132.700.000 representando 21,75 % da receita líquida.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), como aprovados pelo CFO - Conselho Federal de Contabilidade de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A emissão dessas demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração da Companhia em 07 de abril de 2022.

**2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**2.3 Conversão de moeda estrangeira**

Os ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são convertidos para o Real utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais.

**3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

A Companhia aplicou as práticas contábeis, descritas a seguir, de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

**(a) Instrumentos financeiros**

Instrumentos financeiros incluem aplicações fi-

nanceiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Os instrumentos financeiros são reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- **Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;

- **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;

- **Valor Justo por meio do Resultado (VJR):** quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Empresa gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Empresa. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo

**(b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos mantidos em caixa, bancos e investimentos contábeis com vencimento original inferior a 90 dias a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no seu valor.

**(c) Clientes**

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal no curso normal das atividades da Companhia ajustados ao valor presente quando aplicável, acrescidas dos juros e de variação cambial quando denominadas em moeda estrangeira. Em razão do prazo médio de recebimento dos títulos o seu valor corresponde ao valor justo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante.

As Perdas Esperadas para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) (se houver) é constituída, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas de realização das contas a receber.

**(d) Estoques**

Os estoques são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou produção, líquido de impostos recuperáveis e o seu valor líquido de realização. Os saldos dos estoques são apresentados líquidos de ajustes de redução ao valor recuperável e provisões para perdas para cobrir eventuais perdas estimadas pela Administração.

**(e) Investimentos**

Investimentos são representados por participações em outras entidades realizadas pela Companhia e avaliados pelo método de custo.

**(f) Imobilizado**

Os bens do ativo imobilizado no projeto de implantação, foram mensurados pelo custo de aquisição ou construção líquidos dos impostos recuperáveis, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento do projeto e das implementações de melhorias da planta, deduzido da depreciação acumulada. É aplicado o teste do valor recuperável ("impairment") sempre que houver indícios de perda por recuperabilidade.

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada item.

**Valor residual e vida útil**

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

**(g) Intangível**

O intangível é registrado pelo custo de aquisição e deduzidos pelo valor de amortização pelo método linear de acordo com a vida útil estimada.

**(h) Contas a pagar a fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações devidas pela aquisição de bens ou serviços de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Estas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que

equivale ao valor justo.

**(i) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)**

Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

**(j) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e Impostos Diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são apurados em bases correntes. Estes tributos são calculados com base nas leis tributáveis, vigentes na data do balanço, e reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens registrados no patrimônio líquido.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos mediante a expectativa dos lucros tributáveis futuros, balizado em orçamento previsto para os próximos dez anos, devidamente aprovado pelo conselho fiscal da companhia e amparado pelas legislações tributárias brasileira requerida sobre a tributação do lucro, e, portanto, os tributos sobre o lucro são calculados aplicando a alíquota em vigor no Brasil na data de apresentação das demonstrações financeiras.

**(k) Provisões**

Constitui-se uma provisão em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e, é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação e são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

**(l) Transações com partes relacionadas**

Para realização de operações e negócios com partes relacionadas é determinado que se observe os preços e condições usuais de mercado para estas transações, bem como as práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação.

**(m) Reconhecimento de receita**

A receita operacional é reconhecida quando a obrigação de desempenho é satisfeita, levando em consideração os seguintes indicadores de transferência de controle: (i) a Companhia possui um direito presente de pagamento pelo ativo; (ii) o cliente possui a titularidade legal do ativo; (iii) a Empresa transferiu a posse física do ativo; (iv) o cliente possui os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo; e (v) o cliente aceitou o ativo. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

**(n) Estimativas, julgamentos e premissas contábeis relevantes**

Na preparação dessas demonstrações contábeis, a Administração utilizou estimativas, julgamentos e premissas contábeis com relação ao futuro que afetam a aplicação das políticas e práticas contábeis da Companhia e os valores dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

**• Vida útil do ativo imobilizado;**

A depreciação do ativo imobilizado considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

**• Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros;**

A Administração revisa anualmente o valor contábil dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável.

**• Provisão para contingências.**

A Empresa está sujeita a reivindicações legais, cobrindo assuntos que advém do curso normal das atividades de seus negócios, sendo que a avaliação dos riscos envolvidos envolve considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas, previdenciários, e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

**(o) Novas normas e interpretações**

As alterações e revisões de normas emitidas pelo IASB com efeito a partir de 1º janeiro de 2021 não produziram impactos significativos nas demonstrações contábeis, das quais destacam-se as seguintes normas:

**a) Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16)**

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações contábeis como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16 relacionados a: mudan-

ças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e contabilidade de hedge.

**b) Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis**

Na data de autorização destas demonstrações contábeis, a Administração não adotou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas ainda não estão aplicáveis, como segue:

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 15 (R1)/ IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual	01/01/2022
Alterações ao CPC 27/ IAS 16	Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido	01/01/2022
Alterações ao CPC 25/ IAS 37	Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato	01/01/2022
Alterações ao CPC 37 (R1)/ IFRS 1, CPC 48/ IFRS 9, CPC 06 (R2)/ IFRS 16 e CPC 29/ IAS 41	Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020	01/01/2022
CPC 50/ IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 – Making Material Judgments	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 23/ IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 36 (R3)/ IFRS 10 e CPC 18 (R2)/ IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Postergada indefinitivamente

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	2021	2020
Caixa e bancos	2.161.657	1.127.796
Aplicações financeiras	10.428.594	277.256
	<b>12.590.251</b>	<b>1.405.052</b>

As aplicações financeiras em moeda nacional são de baixo risco e correspondem a aplicações indexadas pelo Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

**5. CLIENTES**

	2021	2020
<b>Clientes no país</b>		
Terceiros	52.384.808	38.512.457
Partes relacionadas	26.496.511	14.667.406
	<b>78.881.319</b>	<b>53.179.863</b>
<b>Clientes no exterior</b>		
Terceiros	2.669.655	-
	2.669.655	-
(-) Duplicatas descontadas <sup>1</sup>	(7.572.806)	(22.230.731)
	<b>73.978.167</b>	<b>30.949.132</b>

Como política de perdas das contas a receber, os títulos vencidos há mais de 365 dias e que estejam acima de 2% do total de títulos a receber do período ou aqueles com alto grau de certeza de que não serão recebidos dentro dos trâmites normais de cobrança, serão contabilizados pela Companhia como perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. A provisão será revertida quando o título for efetivamente liquidado pelo cliente ou quando for baixado como perda de acordo com o prescrito nos artigos 9º e 10º da Lei nº 9.430/96. Em 31 de dezembro de 2021, as contas a receber por idade de vencimento estão assim demonstradas:

	2021	2020
A vencer	78.454.103	52.737.552
Vencidos de 1 a 30 dias	1.940.265	442.311
Vencidos de 61 a 90 dias	40.005	-
Vencidos de 91 a 120 dias	40.005	-
Vencidos de 121 a 150 dias	68.801	-
Acima de 365 dias	1.007.794	-
	<b>81.550.974</b>	<b>53.179.863</b>

Como resultado da política de concessão de crédito adotada pela Companhia, em 31 de dezembro de 2021 havia registro de inadimplência superior a 365 dias apenas de 1,33%.

(<sup>1</sup>) Trata-se de títulos a receber de clientes, descontados junto ao Banco Sicoob, a taxa média de 1,27% adicionado de IOF, Banco Banestes, a taxa média de 1,33% adicionado de IOF e ao Banco Daycoval, a taxa média de 1,25% via FIDC sem IOF. A seguir estão demonstrados os valores por clientes, em 31 de dezembro:

Clientes	2021	2020
BERTOLINI	121.119	1.037.801
GSP INDUSTRIA	130.247	1.147.679
ITATIAIA	-	1.242.426
Panan Industria de Madeiras Moveis	2.567.655	3.362.131
Rimo S/A Indústria e Comércio	1.033.458	1.440.218
ACP Industria de moveis	1.005.919	-
Outros inferiores a R\$ 1 M	2.714.408	14.000.476
	<b>7.572.806</b>	<b>22.230.731</b>

**6. ESTOQUES**

	2021	2020
Produtos acabados	6.448.122	6.850.185
Produtos em elaboração	4.453.163	2.481.352
Matérias primas	8.444.577	6.228.233
Materiais de almoxarifado e outros	26.077.174	13.961.978
(-) Redução ao valor recuperável	-	(125.538)
	<b>45.423.036</b>	<b>29.396.210</b>

Não houve itens identificados no exercício para novas provisões.

**7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR**

	2021	2020
IRPJ e CSLL - antecipações e impostos retidos	274.233	49.201
PIS/COFINS - sobre aquisição de imobilizado <sup>1</sup>	329.971	13.504.148
PIS/COFINS – operações <sup>2</sup>	2.683.471	-
ICMS - sobre aquisição de imobilizado	3.564.483	3.435.460
Outros impostos e contribuições a recuperar	4.778	4.778
	<b>6.856.937</b>	<b>16.993.587</b>
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>3.505.957</b>	<b>16.890.953</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>3.350.980</b>	<b>102.634</b>

(<sup>1</sup>) Em 2020 foi realizado análise e recuperação de créditos de PIS/COFINS sobre parcela do imobilizado, crédito não apropriado em anos anteriores.

(<sup>2</sup>) Julgado pelo Supremo Tribunal Federal ("STF"), o entendimento acerca da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS nos autos do Recurso Extraordinário nº 574.706. Com edição do Parecer nº 7.698/2021, confirmando o entendimento do STF. A Companhia em 2021 apurou e registrou o total de créditos tributários a recuperar de R\$ 7.866.780. O reconhecimento se baseia nos documentos fiscais.



## CONTINUAÇÃO DA PRÓXIMA ANTERIOR

**PLACAS DO BRASIL S.A. - CNPJ 14.792.934/0001-18**
**8. DESPESAS A APROPRIAR**

	2021	2020
Seguros a apropriar	706.343	690.855
IOF a apropriar	1.434.700	71.502
Despesas antecipadas parada geral	-	25.354
Outras Despesas	86.631	72.389
	<b>2.227.674</b>	<b>860.100</b>

**9. ADIANTAMENTOS A PRODUTORES RURAIS**

	Saldo em 2020	Liberações	Atualização monetária	Baixas	Saldo em 2021
Adtos. produtores rurais	17.044.780	3.358.675	1.876.483	(2.906.268)	19.373.670
	<b>17.044.780</b>	<b>3.358.675</b>	<b>1.876.483</b>	<b>(2.906.268)</b>	<b>19.373.670</b>

O programa de parceria florestal consiste em um sistema de parceria incentivada à produção florestal regional, onde produtores independentes plantam eucalipto em suas próprias terras para o fornecimento de produto agrícola (madeira) à Companhia. O objetivo é atuar de forma a desenvolver socialmente e economicamente as regiões circunvizinhas a instalação da Companhia.

A Companhia fornece adiantamento em espécie, não estando estes últimos sujeitos a avaliação pelo valor presente, uma vez que, serão liquidados em mercadorias. Adicionalmente, a companhia apoia os produtores através de assessoria técnica em manejo florestal, porém, não tem controle conjunto nas decisões efetivamente implementadas.

Ao final dos ciclos de produção a Companhia tem assegurado com os participantes contratualmente uma oferta de compra dos produtos agrícolas (madeira) por valores em bases de mercado, dos quais são abatidos os valores subsidiados anteriormente no momento da transação.

**10. DEPÓSITOS JUDICIAIS**

Natureza Tributária	2021	2020
PIS	61.311	61.311
COFINS	377.295	377.295
OUTROS	472.950	472.950
	<b>911.556</b>	<b>911.556</b>

Os depósitos judiciais são registrados pelo custo, não são atualizados monetariamente e apresentado no ativo não circulante e tem por finalidade garantir os processos em curso normal até a decisão final do litígio.

**11. IMPOSTOS DIFERIDOS**

	2021	2020
Impostos de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro	73.982.846	55.831.141
	<b>73.982.846</b>	<b>55.831.141</b>

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos no valor total de R\$ 80.661.579, mediante a seu prejuízo fiscal acumulado. Entretanto, a Administração da Companhia fundamentada na análise de recuperabilidade do ativo, utilizando-se das melhores práticas contábeis e de mercado, reconheceu em seu ativo não circulante o montante de R\$ 55.831.141, conforme Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 32 (IAS 12). (Nota 25)

Em 31 de dezembro de 2021, conforme cenário econômico, foi realizada nova prospecção de recuperabilidade do ativo fiscal diferido sobre seu prejuízo fiscal acumulado. Reconhecendo em seu ativo não circulante o montante de R\$ 18.151.705, conforme Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 32 (IAS 12).

**12. INVESTIMENTOS**

	2021	2020
Participação - Cooperativa Sicoob Leste Capixaba	856.593	467.743
Participação - Cooperativa Sicoob Norte	291.618	210.841
	<b>1.148.211</b>	<b>678.584</b>

Refere-se a participação de cada associado na evolução da cooperativa de crédito

**13. IMOBILIZADO**

	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de informática	Instalações	Imobilizado em andamento	Outros <sup>1</sup>	Total
<b>Vida Útil</b>		50	20	10	10	5	5	10			
<b>CUSTO</b>											
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.298.005	49.118.888	365.998.847	2.159.389	1.042.927	4.204.683	793.692	30.727	726.052	5.252.839	432.626.049
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	10.744.519	12.385.012	23.129.531
Baixas	-	(4.181.779)	(9.667.904)	-	(2.079)	(148.484)	-	-	-	(4.901.544)	(14.000.245)
Transferências e outros <sup>2</sup>	-	1.128.299	6.231.312	215.941	119.778	1.472.192	15.168	(30.727)	(9.151.964)	-	(4.901.544)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>3.298.005</b>	<b>46.065.408</b>	<b>362.562.255</b>	<b>2.375.330</b>	<b>1.160.627</b>	<b>5.528.391</b>	<b>808.861</b>	-	<b>2.318.607</b>	<b>12.736.308</b>	<b>436.853.791</b>
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	7.879.409	7.875.093	15.754.502
Baixas	-	(6.905)	(28.611)	-	(2.807)	(71.331)	-	-	-	-	(109.654)
Transferências e outros <sup>2</sup>	-	2.186.851	6.138.566	795.264	281.436	1.220.041	161.607	-	(7.511.707)	(3.272.058)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>3.298.005</b>	<b>48.245.354</b>	<b>368.672.210</b>	<b>3.170.594</b>	<b>1.439.256</b>	<b>6.677.101</b>	<b>970.468</b>	-	<b>2.686.309</b>	<b>17.339.343</b>	<b>452.498.639</b>
<b>DEPRECIACÃO</b>											
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	(1.444.902)	(25.007.183)	(252.847)	(155.438)	(432.964)	(232.250)	(4.865)	-	-	(27.530.449)
Adições	-	(982.490)	(18.285.359)	(227.689)	(108.651)	(1.004.056)	(157.832)	(1.792)	-	-	(20.767.870)
Baixas	-	197.690	958.259	-	483	121.492	-	-	-	-	1.277.924
Transferências e outros <sup>2</sup>	-	-	-	-	(6.658)	-	-	6.658	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	-	<b>(2.229.702)</b>	<b>(42.334.283)</b>	<b>(480.536)</b>	<b>(270.263)</b>	<b>(1.315.528)</b>	<b>(390.082)</b>	-	-	-	<b>(47.020.395)</b>
Adições	-	(939.851)	(18.304.395)	(267.094)	(124.271)	(1.200.769)	(170.863)	-	-	-	(21.007.242)
Baixas	-	48	2.382	-	2.332	53.900	-	-	-	-	58.663
Transferências e outros <sup>2</sup>	-	-	-	2.406	(2.406)	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	-	<b>(939.802)</b>	<b>(18.302.013)</b>	<b>(264.687)</b>	<b>(124.345)</b>	<b>(1.146.869)</b>	<b>(170.863)</b>	-	-	-	<b>(67.968.974)</b>
<b>VALOR CONTÁBIL</b>											
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.298.005	43.835.706	320.227.972	1.894.794	890.364	4.212.863	418.779	-	2.318.607	12.736.308	389.833.396
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.298.005	47.305.552	350.370.197	2.905.907	1.314.911	5.530.232	799.605	-	2.686.309	17.339.343	384.529.666

(<sup>1</sup>) Referem-se aos adiantamentos para Imobilizado.

(<sup>2</sup>) Refere-se a reclassificação de "Imobilizado em Andamento" para "Imobilizado Concluído".

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada de acordo com a

expectativa de vida útil econômica dos bens, cujas taxas são definidas de acordo com cada grupo de ativo(depreciação).

As immobilizações em andamento referem-se substancialmente a máquinas, equipamentos e instalações.

Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Empresa avalia periodicamente os bens do imobilizado e do intangível com a finalidade de identificar evidências que levem as perdas de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações

significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do exercício. Até o momento não há indicativos da existência de redução do valor recuperável dos ativos da Empresa.

**14. ATIVO INTANGÍVEL**

	2021	2020
Saldo início do exercício	907.191	1.339.054
Adições	7.000	-
Baixas	-	-
Amortização	(431.963)	(431.863)
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>482.228</b>	<b>907.191</b>

O intangível da Companhia refere-se basicamente a aquisição de licenças e implantação de software e tem vida útil de 5 anos.

**15. FORNECEDORES**

	2021	2020
Fornecedores no país	50.724.570	39.264.294
Fornecedores no exterior	1.457.616	-
	<b>52.182.185</b>	<b>39.264.294</b>

Do montante do saldo de fornecedores, parte refere-se à aquisição de insumos para produção de MDF (Medium Density Fiberboard) e parte refere-se a itens de consumo e prestadores de serviço.

**16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Modalidade	Indexador	Garantias	Encargos anuais médios %	Circulante		Não circulante		Total	
				2021	2020	2021	2020	2021	2020
<b>Em moeda estrangeira</b>									
LBBW - Importação linha de MDF	Euro	1, 2	0.90% a.a + EURIBOR	22.506.403	20.349.890	145.446.210	171.709.852	167.952.612	192.059.742
(-) Garantia LBBW	Euro	1, 2		-	-	(22.703.721)	(13.383.674)	(22.703.721)	(13.383.674)
				<b>22.506.403</b>	<b>20.349.890</b>	<b>122.742.489</b>	<b>158.326.178</b>	<b>145.248.892</b>	<b>178.676.068</b>
<b>Em moeda nacional</b>									
Banco do Brasil - FNDE / Sudene	Fixo	1, 2, 3, 4	10% a.a	23.020.943	22.974.678	107.622.862	126.316.334	130.643.806	149.291.012
SICOOB - Crédito rotativo	CDI	5	100% CDI + 0,5%a.m	10.441.764	10.170.803	46.554.263	24.996.264	56.996.028	35.167.067
Robusta Service	CDI		CDI	247.194	-	-	-	247.194	-
Banco Volkswagen	Fixo	6	1,36% a.m	187.936	401.252	150.845	346.968	338.781	748.220
Daycoval Garantia	Fixo			-	167	-	-	-	167
Banco Banestes	CDI		CDI + 0,25% a.m	1.018.994	-	35.154.043	-	36.173.037	-
Banco Komatsu do Brasil	Fixo		0,72% a.m	249.176	-	90.972	-	340.148	-
				<b>35.166.008</b>	<b>33.546.900</b>	<b>189.572.985</b>	<b>151.659.566</b>	<b>224.738.993</b>	<b>185.206.466</b>
				<b>57.672.411</b>	<b>53.896.790</b>	<b>312.315.474</b>	<b>309.985.744</b>	<b>369.987.885</b>	<b>363.882.535</b>

Garantias:  
 (1) Alienação fiduciária de equipamentos (4) Cessão fiduciária dos direitos creditórios  
 (2) Penhor de ações (5) Aval de acionistas  
 (3) Hipoteca do imóvel da fábrica (6) Alienação fiduciária de veículos

No quadro a seguir, apresentamos o escalonamento dos vencimentos das parcelas das dívidas em 31 de dezembro de 2021:

CONTINUAÇÃO DA PRÓXIMA ANTERIOR

**PLACAS DO BRASIL S.A. - CNPJ 14.792.934/0001-18**

**CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**

Modalidade / Finalidade	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	Total
<b>Em moeda estrangeira</b>									
LBBW - Importação linha de MDF	22.506.403	20.778.030	20.778.030	20.778.030	20.778.030	20.778.030	20.778.030	20.778.030	<b>167.952.612</b>
(-) Garantia LBBW	-	-	-	-	-	-	-	(22.703.721)	<b>(22.703.721)</b>
	<b>22.506.403</b>	<b>20.778.030</b>	<b>20.778.030</b>	<b>20.778.030</b>	<b>20.778.030</b>	<b>20.778.030</b>	<b>20.778.030</b>	<b>(1.925.691)</b>	<b>145.248.892</b>
<b>Em moeda nacional</b>									
Banco do Brasil - FNDE / Sudene	23.020.943	17.937.144	17.937.144	17.937.144	17.937.144	17.937.144	17.937.144	-	<b>130.643.806</b>
SICOOB - Crédito rotativo	10.441.764	16.068.761	11.902.233	6.194.423	6.194.423	6.194.423	-	-	<b>56.996.028</b>
Robusta Service	247.194	-	-	-	-	-	-	-	<b>247.194</b>
Banco Volkswagen	187.936	121.219	29.626	-	-	-	-	-	<b>338.781</b>
Banco Banestes	1.018.994	8.975.306	8.975.306	8.975.306	8.228.124	-	-	-	<b>36.173.037</b>
Banco Komatsu do Brasil	249.176	90.972	-	-	-	-	-	-	<b>340.148</b>
	<b>35.166.008</b>	<b>43.193.401</b>	<b>38.844.309</b>	<b>33.106.873</b>	<b>32.359.691</b>	<b>24.131.567</b>	<b>17.937.144</b>	-	<b>224.738.993</b>
	<b>57.672.411</b>	<b>63.971.431</b>	<b>59.622.339</b>	<b>53.884.903</b>	<b>53.137.721</b>	<b>44.909.597</b>	<b>38.715.174</b>	<b>(1.925.691)</b>	<b>369.987.885</b>

**17. PARTES RELACIONADAS**

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, observando-se preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia.

A Companhia reconhece como parte relacionada as transações financeiras mantidas com pessoas-chave da Administração, com seus acionistas e com empresas a ele ligadas, direta ou indiretamente. Entre as transações realizadas estão os adiantamentos efetuados a produtores florestais, compra de bens e serviços aplicados à construção da

fábrica, venda de MDF e empréstimos de mútuos.

Os empréstimos de mútuos, tem como finalidade gerir a estrutura financeira da empresa. As taxas de juros variam de 100% a 120% do CDI mais 0,38% em alguns contratos. Os prazos de vencimento dos contratos estão escalonados entre 1 a 5 anos.

Santo regulamentou os benefícios fiscais através da Lei Estadual nº 10.887 de 08 de agosto de 2018, confirmando a obtenção do Certificado de Registro e Depósito – SE/CONFAZ nº 33/2018, datado de 01 de agosto 2018. Isso significa que os benefícios fiscais deixaram de ser tributados pelo IRPJ e CSLL e após transitarem pelo resultado, devem ser contabilizados no patrimônio líquido em reservas de incentivos fiscais, nos termos da legislação tributária. No resultado do exercício de 2018 foi demonstrado o montante de R\$ 3.021.611, no resultado do exercício de 2019 R\$ 11.882.085, 2020 R\$ 17.076.183 e em 2021 R\$ 23.765.929 totalizando R\$ 55.745.808,47 proveniente do benefício do INVEST. Não houve constituição da reserva de incentivos fiscais.

A Companhia também goza de subvenções federais por meio do lucro da exploração na Região da SUDENE, que perdurarão até 2019/2028. No resultado do exercício de 2021 foi demonstrado o montante de R\$ 1.541.503.

	Ativo		Passivo			Resultado	
Relacionamento	Cientes no país	Adiantamento a produtores rurais	Resultado Fornecedores	Contas a pagar	Mútuos a pagar	Receita de vendas	Custo dos produtos vendidos

Relacionamento	Cientes no país	Adiantamento a produtores rurais	Resultado Fornecedores	Contas a pagar	Mútuos a pagar	Receita de vendas	Custo dos produtos vendidos
<b>Relação direta</b>							
APAL - Agropecuária Aliança Ltda	-	123.769	47.838	-	-	-	-
Blendcoffee Com. Exp. E Imp. De Café Ltda	-	-	-	-	875.430	-	-
Cavaleri Participações e Empreend. S/A	-	-	-	-	4.923.165	-	-
Cimol Comércio e Ind. de Móveis	350.577	-	-	-	2.040.118	16.753.650	9.651.752
Estel Serviços Industriais Ltda	-	-	-	-	11.932.442	-	-
Mário Sérgio Alves Santana	-	18.740	-	-	-	-	-
Metalmeccanica Becker	-	-	8.641	-	-	-	-
MGM Móveis Ltda	2.751.047	-	-	-	1.299.103	15.272.123	9.324.495
	3.101.624	142.509	56.478	-	21.070.259	32.025.773	18.976.247
<b>Relação indireta</b>							
ACP Industria de Moveis	4.734.429	-	-	-	2.040.118	20.548.865	13.420.778
Adauto Orletti	-	-	7.500	-	-	-	-
Agropecuária Pedra Azul Ltda	-	-	-	-	2.927.287	-	-
Antônio Celso Mazzi Ribeiro	-	-	-	-	1.161.170	-	-
B.M.C Acabamentos para Construção Ltda	-	-	-	-	-	28.649	17.469
Belle Automotor Ltda	-	-	-	-	3.220.964	-	-
Castanheira Com. De Artef. De Madeira Ltda	262.499	-	-	-	-	7.001.816	4.266.671
Climar - Aracruz Ar Condicionado E Refrig. Ltda	-	-	11.731	-	-	-	-
Donati Agrícola Ltda	-	890.108	-	-	3.442.231	-	-
Estel Agronegocios Ltda.	-	98.505	-	-	-	-	-
Flora Agronegócios Ltda	-	6.706.930	-	-	-	-	-
Imetame Metalmeccânica Ltda	-	-	-	145.833	12.326.157	-	-
Juarez Orletti	-	-	-	-	2.078.551	-	-
Luis Soares Cordeiro	-	-	-	-	1.161.170	-	-
Lumine Iluminação Eireli	180.735	-	-	-	-	711.742	396.254
Locatelli Supermercados e Serviços Ltda	-	-	-	-	876.357	-	-
Orletti Veiculos e Peças Ltda	-	-	3.033	-	-	-	-
Orletti Madeiras Eireli	1.063	-	-	-	-	1.324.068	779.484
Panan Industria de Madeiras Moveis	13.223.768	-	3.264	-	2.082.620	50.110.454	27.821.999
Pignaton Madeiras Eireli EPP	-	-	-	-	-	-	-
Pimacol Material De Construção Ltda	-	-	-	-	-	1.168.257	711.747
Robusta Comércio de Madeiras Ltda	84.339	-	-	-	-	5.095.541	2.936.952
Rimo S/A Indústria e Comércio	4.908.055	-	-	-	-	26.609.315	16.418.820
Supermercado Meridional Ltda	-	-	-	-	2.789.322	-	-
	<b>23.394.887</b>	<b>7.695.543</b>	<b>25.528</b>	<b>145.833</b>	<b>34.105.950</b>	<b>112.598.709</b>	<b>66.770.173</b>
<b>Total em 2021</b>	<b>26.496.511</b>	<b>7.838.052</b>	<b>82.006</b>	<b>145.833</b>	<b>55.176.209</b>	<b>144.624.482</b>	<b>85.746.420</b>
<b>Total em 2020</b>	<b>14.667.406</b>	<b>6.037.322</b>	<b>3.937.712</b>	<b>540.504</b>	<b>78.137.845</b>	<b>111.567.377</b>	<b>76.961.855</b>

**17. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS**

Estão registradas nesta rubrica o PIS e COFINS incidentes sobre receitas financeiras, nos moldes pretendidos pelo Decreto nº 8.426/2015, no montante de R\$ 438.614. A Companhia impetrou com mandado de segurança na Vara Federal Cível de Vitória/ES, onde pleiteia o afastamento da exigência das referidas contribuições. Para manter a regularidade tributária, a Companhia efetuou depósitos judiciais que estão registrados no ativo não circulante e até o final do exercício de 2021 o processo ainda não foi finalizado.

ratificado, para atendimento às necessidades de fluxo de caixa da Companhia, adiantamento para futuro aumento de capital, no montante de R\$ 20.000.000, o qual foi aportado até 15 de janeiro de 2020, e, em 10 de março de 2020, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada, também ficou ratificado nova necessidade de fluxo de caixa da Companhia, valores esses adiantados para futuro aumento de capital no montante de R\$ 50.000.000, totalizando assim R\$ 70.000,00, que ao final do exercício de 2020 já havia sido realizado por todos acionistas. O montante foi integralizado em 2021.

**18. CAPITAL SOCIAL**

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Placas do Brasil passa a ser de R\$ 196.329.523, devido integralização no valor de R\$ 70.262.273, representado por 1.114.185 ações ordinárias nominativas no valor nominal de R\$ 176,21 cada uma.

Acionistas	2021	2020
Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC PL	-	70.262.273
	-	<b>70.262.273</b>

**(a) ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL**

Conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 17 de outubro de 2019, ficou

**(b) Subvenções governamentais**  
Em virtude das alterações promovidas pela LC nº 160/2017, em especial ao §4º e 5º do artigo 30 da Lei nº 12.973/2014, os incentivos e os benefícios fiscais ou financeiros-fiscais relativos ao ICMS, concedidos pelos Estados e pelo Distrito Federal, são considerados subvenções para investimentos. O Estado do Espírito

**17. RECEITA LÍQUIDA**

	2021	2020
<b>Receita bruta de vendas</b>	<b>569.963.067</b>	<b>331.072.607</b>
Deduções		
Devoluções	(2.509.206)	(4.310.107)
Descontos Incondicionais <sup>1</sup>	(1.245.605)	(1.079.463)
	<b>566.208.256</b>	<b>325.683.037</b>
Impostos sobre vendas	(108.291.055)	(64.528.861)
<b>Receita líquida de vendas</b>	<b>457.917.201</b>	<b>261.154.176</b>

(<sup>1</sup>) Desconto aplicado sobre as vendas destinadas a zona Franca de Manaus

**18. CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS**

	2021	2020
Custo dos produtos vendidos	(324.947.759)	(220.151.843)
	<b>(324.947.759)</b>	<b>(220.151.843)</b>

Os custos dos produtos vendidos no exercício totalizaram R\$ 324.947.759, com aumento de 21% no custo unitário (R\$/m³ 918,09 x 757,54), em comparação com o ano anterior, impactado, basicamente, pelos maiores preços de resina e papel.

**22. DESPESA POR NATUREZA**

	2021	2020
<b>Despesas comerciais</b>		
Despesa com pessoal	(1.775.565)	(1.412.540)
Serviços públicos e de terceiros	(26.844.090)	(15.082.869)
Despesas gerais	(5.984.990)	(3.301.667)
	<b>(34.604.645)</b>	<b>(19.797.076)</b>
<b>Despesas administrativas</b>		
Despesa com pessoal	(6.157.175)	(4.682.413)
Serviços públicos e de terceiros	(2.472.784)	(1.314.651)
Despesas gerais	(8.577.380)	(4.785.547)
	(17.207.339)	(10.782.611)
	<b>(51.811.984)</b>	<b>(30.579.687)</b>

**23. DESPESAS GERAIS PANDEMIA**

Em 31 de dezembro de 2020 a conta Despesas Gerais Pandemia, reflete exclusivamente os gastos incorridos durante a paralização da produção nos meses de abril e maio de 2020. Estão registrados nesta conta as despesas/custos efetivos dos meses de abril e maio de 2020 como folha de pagamento, contratos de energia e encargos, perdas das matérias primas e gastos de devolução/cancelamento de compras, custo de manter em funcionamento os maquinários que não puderam ser paralisados e outras despesas ocorridas nesse período.

**24. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO**

	2021	2020
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicação financeira	72.859	46.553
Juros recebidos	68.579	241.728
Descontos obtidos	194.072	218.369
Juros sobre capital próprio	46.312	16.142
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(19.885)	(25.076)
	<b>361.937</b>	<b>497.716</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Despesas de juros	(23.670.288)	(25.290.972)
Despesas bancárias	(3.810.110)	(2.000.096)
Outras despesas financeiras	(1.925.000)	(2.640.406)
	<b>(29.405.398)</b>	<b>(29.931.474)</b>
Variações cambiais ativas sobre financiamentos	35.177.711	21.687.748
Variações cambiais passivas sobre financiamentos	(34.047.935)	(77.568.245)
Outros ativos e passivos <sup>1</sup>	323.195	-
	<b>1.452.970</b>	<b>(55.880.497)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(27.590.491)</b>	<b>(85.314.255)</b>

(<sup>1</sup>) Incluem efeitos das variações cambiais de clientes, fornecedores, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outros.

**23. IMPOSTO DE RENDA (IRPJ) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO (CSLL)**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A Companhia é optante pelo regime de tributação pelo Lucro Real e participante do benefício da SUDENE.



CONTINUAÇÃO DA PRÓXIMA ANTERIOR

**PLACAS DO BRASIL S.A. - CNPJ 14.792.934/0001-18**

**25.1 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE**

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Lucro (prejuízo) Líquido do Exercício</b>	84.722.869	(27.186.401)
Alíquotas nominais	34%	34%
Adições	28.323.358	24.824.717
Exclusões	(106.784.213)	(119.821.642)
<b>Lucro (prejuízo) Fiscal do Exercício</b>	<b>6.262.014</b>	<b>(122.183.326)</b>
Compensação de Prejuízos (CSLL)	1.878.604	-
<b>Imposto de Renda</b>		
Corrente	1.541.503	-
Diferido	-	-
	1.541.503	-
<b>Contribuição Social</b>		
Corrente	563.581	-
Diferido	(169.074)	-
	<b>394.507</b>	<b>-</b>
<b>Resultado com imposto de renda e contribuição social no exercício</b>	<b>1.936.010</b>	<b>-</b>

**25.2 IMPOSTOS DIFERIDOS**

Os créditos e débitos de IRPJ e CSLL diferidos foram apurados com base nos saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis no futuro.

Reconhece nesse exercício R\$ 18.151.704, referente a receita sobre imposto de renda e a contribuição social diferidos, líquidos dos passivos diferidos, sob parte do seu prejuízo fiscal acumulado. A composição dos saldos dos tributos diferidos líquidos é demonstrada a seguir:

	<b>Base</b>		<b>Imposto Diferido</b>		
	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>Líquido</b>
Ativo Diferido					
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	283.236.974	-	96.300.571	96.300.571
Passivo Diferido					
Depreciação econômica vs. Fiscal	(19.146.055)	(45.997.036)	(6.509.659)	(15.638.992)	(22.148.651)
Outros	(1.878.604)	-	(169.074)	-	(169.074)
	<b>(21.024.659)</b>	<b>237.239.938</b>	<b>(6.678.733)</b>	<b>80.661.579</b>	<b>73.982.846</b>

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos no valor total de R\$ 80.661.579, mediante a seu prejuízo fiscal acumulado. Entretanto, a Administração da Companhia fundamentada na análise de recuperabilidade do ativo, utilizando-se das melhores práticas contábeis e de mercado, reconheceu em seu ativo não circulante o montante de R\$ 55.831.141, conforme Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 32 (IAS 12). (Nota 25)

Em 31 de dezembro de 2021, conforme cenário econômico, foi realizada nova prospecção de recuperabilidade do ativo fiscal diferido sobre seu prejuízo fiscal acumulado. Reconhecendo em seu ativo não circulante o montante de R\$ 18.151.705, conforme Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 32 (IAS 12).

Os valores reconhecidos são provenientes de diferenças temporárias, de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa, oriundo da curva de aprendizado de produção da Companhia, que iniciou no terceiro trimestre do ano de 2018 até o final do ano de 2020 e do impacto ao negócio da crise sanitária, que elevou a variação cambial no exercício de 2020.

**26. COBERTURA DE SEGUROS**

A Placas do Brasil mantém cobertura de seguros em montantes considerados suficientes para cobrir possíveis riscos de engenharia, quebras, responsabilidade civil e perdas materiais.

**27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Os ativos e passivos financeiros estão representados no balanço pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas, bem como quando, os quais se aproximam dos valores de mercado.

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não. Assim, podem existir riscos com garantias ou sem garantias, dependendo de aspectos circunstanciais ou legais.

A Placas do Brasil não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra riscos de oscilação de moedas, porém, os mesmos são monitorados pela Companhia, que periodicamente avalia sua exposição. Cabe ao Conselho de Administração garantir a governança do processo de gerenciamento de todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologia e melhorias ao sistema de gestão.

**Gerenciamento dos riscos financeiros**

**Visão geral**

A Companhia tem como política gerenciar seus riscos por meio de decisões colegiadas que contam com a participação dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Essa política é monitorada permanentemente pelos membros do Conselho, que têm entre suas responsabilidades a definição da estratégia da Administração na gestão desses riscos. A política não permite

operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco cambial

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital.

**Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

**Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de commodities, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a tais riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

**Risco cambial**

A Placas do Brasil S/A está sujeita ao risco de moeda nos empréstimos contratados em moeda diferente da moeda funcional da Companhia, em sua grande maioria o Euro (EUR). A Companhia não utiliza contratos de mercado futuro ou Hedge para proteger seu risco de moeda.

**28. EVENTOS SUBSEQUENTES**

A Companhia por meio do Acordo de acionistas – Clausula III – do exercício do direito a voto – Garantias – Item 3.2 mantém o compromisso de aumento de capital, sempre que necessário (impactos operacionais, variações cambiais), para manter a continuidade da empresa.

**Luís Soares Cordeiro**

Presidente do Conselho de Administração

**Evandro de Figueiredo Neto**

Diretor / Presidente Placas do Brasil

**Marcos Vinicius Pereira Cabral Souza**

Contador - CRC ES-018284/O-1

Companhia não utiliza contratos de mercado futuro ou hedge para proteger seu risco de moeda. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

**Continuidade operacional**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apurou excesso de passivos sobre ativos circulantes em R\$ 12.094.682, além de prejuízos acumulados no montante de R\$ 61.189.368. Os planos da Administração para equalizar esta situação estão descritos na Nota Explicativa n. 1. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

**Outros assuntos**

**Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

As demonstrações contábeis incluem também informações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação. Os exames das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório sem modificação em 05 de março de 2021, contendo parágrafo de ênfase relacionado a exposição a variação cambial.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e considerar se este relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

**Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidade do auditor independente pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de audito-

ria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória, 07 de abril de 2022.



**BDO RCS Auditores Independentes SS**  
CRC 2 SP 013846/F – S - ES  
**Monika Marielle Du Mont Collyer**  
Contador CRC 1 RJ 091300/O-6 – S - ES

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da **Placas do Brasil S.A.**  
Vitória - ES

**Opinião sobre as demonstrações contábeis**

Examinamos as demonstrações contábeis da **Placas do Brasil S.A.** (“**Companhia**”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Placas do Brasil S.A.**, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião sobre as demonstrações contá-**

**beis**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfases**

**Exposição à variação cambial**

A Companhia está sujeita ao risco de exposição cambial de moeda nos empréstimos e financiamentos denominados em uma moeda diferente de sua moeda funcional, substancialmente representados por Euro (EUR). A